



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GESTÃO DE CONTRATOS - GESCON/SELOG/SR/PF/PE

ESTUDO PRELIMINAR Nº 12760904/2019-GESCON/SELOG/SR/PF/PE

Processo nº 08400.005076/2023-25

Anexo III da In 05-2017

1. **OBJETIVO**

1.1. O presente documento visa analisar a viabilidade da contratação do serviço continuado, com dedicação exclusiva, de tratadores de cães, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a otimizar o atendimento das necessidades da Administração.

1.2. A contratação tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de tratador de cães a serem executados no Canil/DRE/SR/PF/PE, abrangendo a categoria de auxiliar de serviços gerais, com fornecimento de todos os insumos, materiais e equipamentos necessários à perfeita execução contratual, mediante especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência, para o atendimento da Polícia Federal no Estado de Pernambuco, conforme especificado neste instrumento.

2. **CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

2.1. A Equipe de Planejamento, designada pela documento Lici. Instituição de Equipe de Planej. Contratação CPL/SELOG/SR/PF/PE(30395610), elaborou os Estudos Preliminares para a contratação em tela, para análise da sua viabilidade e levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, em conformidade com o disposto no artigo 24 e no Anexo III da IN Seges/MPDG nº 5/2017.

2.2. Inicialmente é importante destacar que o Canil da Superintendência da Polícia Federal em Pernambuco está situado no **Centro de Treinamento/Depósito (DNIT) - BR-101, S/N - Km 69,8 - Curado, Recife - PE, CEP: 51240-340.**

2.3. Ademais, eventualmente, com frequência média de **4 (quatro) vezes ao mês**, o prestador de serviço deverá se deslocar para o **Aeroporto Internacional do Recife (Ende.: Praça Ministro Salgado Filho, S/N, Imbiribeira, Recife-PE, CEP 51210-902)**, a fim de realizar os cuidados nos animais destinados a realizarem a fiscalização aeroportuária, conduzidas pelo policial federal designado. Ressalta-se que no aeroporto existe infraestrutura adequada para a guarda dos cães. Naqueles dias em que o prestador precisar trabalhar no Aeroporto, ficará dispensado de comparecer ao Canil Principal (Centro de Treinamento da Polícia Federal). Sendo assim, não haverá custo adicional com o deslocamento do prestador, visto que saindo do Aeroporto ele retornará diretamente para sua residência.

DIRETRIZES GERAIS

3. **NORMATIVOS QUE IDENTIFICAM OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS:**

- **Instrução Normativa Nº 05/2017** - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Lei 14.133/2021** - Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- **Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022** - Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Instrução normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022** - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
- **Instrução normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022** - Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência - TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.

- **Instrução normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021** - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021** - Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4. **ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES ANTERIORES E CONTRATAÇÕES SIMILARES**

- 4.1. O contrato anterior foi formalizado através do Processo SEI Nº 08400.005602/2019-71, com prazo previsto para encerramento em 30/07/2022.
- 4.2. O objeto do contrato atualmente vigente contempla a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço continuados de tratador de cães, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de todos os insumos, materiais e equipamentos necessários à perfeita execução contratual. Quanto à forma de contratação, a opção escolhida é a contratação de um posto com escala 12x36, que demonstrou ser extremamente eficaz quanto ao desenvolvimento dos serviços de tratador, na limpeza e manutenção da área e quanto à saúde dos cães de faro do CANIL/SR/PF/PE, tendo sido registrados poucos casos de doenças ou danos à saúde dos cães e, em especial, ao fato de ter um melhor acompanhamento nos eventos ocorridos, em especial para ministrar os medicamentos prescritos pelo médico veterinário. Portanto, o modelo da contratação vigente vem atendendo bem às necessidades do Canil da SR/PF/PE.
- 4.3. Foram utilizados como referência, além da contratação atual da SR/PF/PE, as seguintes licitações:
- 4.3.1. Pregão Eletrônico Nº 01/2022 (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO FISCAL/CURITIBA/PR);
- 4.3.2. Pregão Eletrônico Nº 03/2021 (DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA/GO)
- 4.3.3. Pregão Eletrônico Nº 04/2021 (SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS)
- 4.3.4. Pregão Eletrônico Nº 02/2022 (SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL EM PERNAMBUCO - 08400.002937/2022-32)

DIRETRIZES ESPECÍFICAS

5. **NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 5.1. Considerando a base legal, a Lei 9.632, de 07 de maio de 1998, que trata da extinção de Cargos na Administração Federal:
- "Art. 2º As atividades correspondentes aos cargos extintos ou em extinção, constantes dos Anexos desta Lei, poderão ser objeto de execução indireta, conforme vier a ser disposto em regulamento."*
- 5.2. Sendo assim, o cargo de tratador de animais (CBO 6230-20) não existe no âmbito do Órgão e não há condições materiais de serem executados pelos próprios meios da Administração. As atribuições de um tratador de cães estão dispostas abaixo, de maneira exemplificativa:
- Manejam, alimentam e monitoram a saúde e o comportamento de animais. Condicionam e adestram animais, sob orientação de veterinários e técnicos, tratam sanidade de animais, manipulando e aplicando medicamentos e vacinas, higienizam animais e os respectivos recintos; aplicam técnicas de inseminação, castração, etc.*
- 5.3. Os serviços em questão são comuns, pois são facilmente prestados por diversas empresas e permitem estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, correspondendo às exigências da Lei nº 14.133/21.
- 5.4. A limpeza e a conservação são essenciais para que as unidades possam desempenhar suas atividades regimentais e atingir as metas organizacionais, além de proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores, ambiente agradável e a preservação do patrimônio público e da saúde dos que trabalham.
- 5.5. Os principais objetivos a serem alcançados com a contratação do serviço são:
- 5.5.1. Utilizar os meios próprios para satisfazer as atividades principais,
- 5.5.2. Fortalecer o princípio da economicidade;
- 5.5.3. Melhorar o aproveitamento dos recursos financeiros; e
- 5.5.4. Manter os ambientes limpos, livres de poeira, agradáveis e saudáveis.
- 5.6. Além disso, a contratação desse serviço visa garantir as condições necessárias de higiene, um ambiente limpo e conservado, proporcionando estímulo, saúde e bem-estar ao servidor, aos animais e, consequentemente, favorecendo o desenvolvimento das atividades de competência legal do Órgão.

5.7. Justifica-se a contratação ininterrupta, sete dias na semana, incluindo feriados, pelas características do serviço, cujo objetivo final é o bem-estar e a saúde dos cães, assim como a higienização do recinto onde estes ficam, sendo necessário a reposição de alimentação e limpeza dos ambientes de forma diária. Os cuidados com a saúde e a correta alimentação diária dos animais, auxiliam na monitoração de doenças e no rápido tratamento, e precisam ser realizados diariamente, possibilitando agilidade no atendimento em casos de doenças e evitando complicações e a morte dos animais.

5.8. Considerando ainda o papel da SR/PF/PE enquanto responsável pela saúde e bem-estar dos servidores e demais colaboradores, bem como o público externo, haja vista a responsabilidade civil do Estado e o atingimento do princípio da eficiência e da finalidade pública como premissas, a manutenção de um ambiente em bom estado de conservação, asseio e higiene é imprescindível à execução com excelência dos serviços prestados por este Órgão.

5.9. No atual cenário policial, é indiscutível a importância dos cães de faro, já que graças ao seu olfato apurado, os cachorros conseguem detectar uma variabilidade maior de cheiros e se tornaram cruciais na detecção de ilícitos.

5.10. A demanda por serviço de tratador de animais para a SR/PF/PE tem origem no Planejamento do Departamento de Polícia Federal, através da PORTARIA Nº 15.963-DG/PF, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022, que disciplina as atividades especializadas do Serviço Especial de Canil Central e estabelece os procedimentos operacionais e administrativos dos canis regionais, onde fica claro que para a implementação/manutenção de um canil regional é necessário garantir os serviços mínimos de alimentação dos cães e serviços de limpeza das instalações:

Art. 13. As superintendências regionais e as delegacias descentralizadas deverão prever dotação orçamentária específica para:

I - alimentação dos cães;

II - atendimento médico-veterinário, incluindo o fornecimento de medicamentos e de vacinas para os cães;

III - material de limpeza e higiene para os cães e para as instalações físicas;

IV - materiais apropriados para o adestramento e para o emprego operacional dos cães;

V - contratação de mão de obra para conservação e manutenção das instalações físicas;

VI - operações policiais com a utilização dos cães; e

VII - aquisição de viaturas especializadas para o transporte de cães

5.11. Assim, a contratação do serviço terceirizado se justifica em virtude da Superintendência Regional da Polícia Federal em Pernambuco não dispor, em seu quadro de servidores, de contratados para a atividade de tratador de cães de faro.

5.12. A inclusão do fornecimento do material de consumo e equipamentos necessários à execução dos serviços na contratação tem como objetivo:

5.12.1. *garantir a logística de gerenciamento da execução do contrato através da integração das atividades;*

5.12.2. *a economicidade processual em não realização de outro procedimento licitatório para aquisição dos produtos em separado;*

5.12.3. *evitar o desperdício do material de consumo, bem como, o zelo na utilização dos equipamentos por parte dos funcionários da empresa, uma vez que o fornecimento e a reposição dos produtos, como também, a manutenção dos equipamentos será responsabilidade da Contratada.*

5.13. A esse respeito, o próprio mercado associa o fornecimento de serviços/materiais tornando evidente a inter-relação destes. A aquisição conjunta também se justifica, visto que os materiais e equipamentos são pertinentes ao objeto a ser contratado e as empresas licitantes, tendo em vista o volume e o quantitativo desses materiais, têm a possibilidade de ofertar preços menores, pois detêm outros contratos públicos ou privados, traduzindo-se em ganho de uma economia de escala.

5.14. Os materiais solicitados são aqueles necessários à perfeita execução dos serviços e equipamentos mínimos exigidos pelo Manual de Classificação Brasileira de Ocupações, livro 2, conforme abaixo:

“Recursos de Trabalho: equipamentos de proteção individual; guias; materiais de contenção; material de encilhamento; material de limpeza.”

5.15. O quantitativo de materiais e equipamentos foi estipulado baseado nos contratos existentes em canis de outras regionais da Polícia Federal, a exemplo da SR/PF/RJ e SR/PF/DF, bem como do Contrato atualmente vigente, e refletem os gastos mensais de insumos para a realização das atividades. Os materiais e equipamentos são aqueles dispostos abaixo:

QUANTITATIVO ESTIMADO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE RECINTOS - MENSAL				
ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA/SIMILAR	UNIDADE	Quantidade
1	CLORO COMUM CONCENTRADO	Q-BOA, BLILUX YPÊ	GALÃO 5L	1

2	DESINCRUSTANTE/REMOVEDOR TRADICIONAL PARA LIMPEZA PROFUNDA	BECKER	LITRO	1
2	DESINFETANTE SANITÁRIO	VEJA, BOMBRIL, HARPIC, PATO, BECKER	GALÃO 5L	1
3	DETERGENTE NEUTRO PARA PISO CONCENTRADO	YPÊ, LIMPOL, MINUANO, BECKER	GALÃO 5L	1
3	ESPONJA DE ESPUMA DUPLA FACE	3M, SCOTCHBRITE, BOMBRIL	UNIDADE	2
4	FLANELA 100% ALGODÃO APROXIMADAMENTE 40x60cm	LIVRE ESCOLHA	UNIDADE	2
4	LIMPADOR PERFUMADO DE USO GERAL, AROMATIZANTE CONCENTRADO	LIVRE ESCOLHA	LITRO	5
5	LUVA DE LÁTEX NATURAL, CANO LONGO, INTERNAMENTE FORRADA COM FLOCOS DE ALGODÃO E ANTIDERRAPANTE NAS PALMAS E DEDOS.	LIVRE ESCOLHA	PAR	1
6	LUVA TRICOTADA ALGODÃO PIGMENTADA 2 FIOS	LIVRE ESCOLHA	PAR	1
7	MULTI USO + LIMPA VIDRO CONCENTRADO	CIF, BOMBRIL, VEJA, BECKER	GALÃO 5L	1
8	PALHA DE AÇO DE 1ª QUALIDADE	BOMBRIL, 3M	PACOTE	1
9	PANO DE CHÃO ALVEJADO TIPO SACO 42X64	LIVRE ESCOLHA	UNIDADE	2
10	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO	LIVRE ESCOLHA	FARDO com 8 und	1
11	PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO 10CM X 300M	SANTHER, INDAIAL, NATUREZA, BIOPEL	CAIXA (8 UNIDADES)	1
12	PAPEL TOALHA INTER FOLHA 2 DOBRAS	SANTHER , INDAIAL, NATUREZA, BIOPEL	CAIXA (2 UNIDADES)	2
13	RESPIRADOR DESCARTÁVEL COM VÁLVULA DE EXALAÇÃO PFF-2	DESCARPACK, LEDAN, DELTA PLUS	UNIDADE	2
14	SABÃO CREMOSO LIQUIDO PARA MÃOS CONCENTRADO	MUCCIO, MAZZO, PREMISSE, RXACCTA	GALÃO 5L	1
15	SABÃO EM BARRA PACOTE C/ 5 UND	YPÊ, BOMBRIL, LIMPOL, MINUANO	PACOTE	1
16	SABÃO EM PÓ	SURF, TIXAN, BLILHANTE	1kg	4
17	SACO DE LIXO (200 LITROS) PAC. COM 100	LIVRE ESCOLHA	PACOTE /C 100 UND	1
18	SACO DE LIXO (100 LITROS) PAC. C/100	LIVRE ESCOLHA	PACOTE /C 100 UND	1
19	SACO DE LIXO (40 LITROS) PAC. C/100	LIVRE ESCOLHA	PACOTE /C 100 UND	1
20	DESINFETANTE BACTERICIDA , GERMICIDA E FUNGICIDA (A BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO)	VET+20	GARRAFA 1L	1

EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA/HIGIENIZAÇÃO

ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA/SIMILAR	UNIDADE	VIDA ÚTIL (MESES)	QUANTIDADE
-------	-----------	---------------	---------	-------------------	------------

1	APANHADOR/PÁ DE LIXO CABO LONGO	BETTANIN, ODIM	UNIDADE	6	1
2	BALDE PLÁSTICO DE 20 LITROS	BRASPLÁSTICO, PLASNEW, TOMKI	UNIDADE	6	1
3	CARRINHO DE MÃO COM CAÇAMBA EM POLIPROPILENO, ESTRUTURA TUBULAR BIPARTIDA EM AÇO SAE 1020, CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 90L, PNEU COM CÂMARA.	TRAMONTINA	UNIDADE	24	1
4	ENXADA DE FERRO, CABO LONGO, PARA ÁREA EXTERNA	TRAMONTINA, VONDER, TRAPP	UNIDADE	12	1
6	ESCOVA PARA LIMPEZA PESADA COM ALÇA PARA MÃO	BETTANIN, SCOTCH-BRITE	UNIDADE	6	1
7	ESPANADOR DE PENA	HIPERCLEAN	UNIDADE	12	1
9	MANGUEIRA DE NYLON TRANÇADO PARA ÁGUA, DE 1/2 POLEGADA, 50 METROS DE EXTENSÃO	VONDER, TRAPP, TRAMONTINA	COM 50M	12	1
10	ÓCULOS DE SEGURANÇA		UNIDADE	6	1
11	PÁ DE FERRO QUADRADA, CABO DE MADEIRA, PARA ÁREA EXTERNA	TRAMONTINA, VONDER, TRAPP	UNIDADE	12	1
12	RODO DE 40cm com cabo de madeira e rosca plástica	BETTANIN, SANTA MARIA	UNIDADE	6	1
13	RODO DE 60cm com cabo de madeira e rosca plástica	BETTANIN, SANTA MARIA	UNIDADE	6	1
14	RODO LIMPADOR DE VIDROS COM EXTENSOR DE CABO	NOVIÇA, BETTANIN, CONDOR	UNIDADE	12	1
15	VASSOURA DE PÊLO NATURAL 40cm	BETTANIN, SANTA MARIA	UNIDADE	6	1
16	VASSOURA GRANDE, PELO SINTÉTICO, BASE DE 60cm CABO DE 1,2m	BETTANIN, DELL FORTE	UNIDADE	6	1
17	VASSOURA PIAÇAVA, BASE PLÁSTICA de 15,5cm E CABO DE MADEIRA COM ROSCA DE PLÁSTICO	BETTANIN, DELL FORTE	UNIDADE	6	1
18	VASSOURA TIPO ANCINHO	VONDER, TRAPP, TRAMONTINA	UNIDADE	6	1

DESCRIÇÃO/QUANTIDADE DOS UNIFORMES - QUANTIDADE PARA 6 MESES				
ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA/SIMILAR	UNIDADE	quantidade
1	Botas, tipo galocha, cano longo, com solado antiderrapante; bota de segurança, tipo impermeável, de uso profissional, confeccionada em policloreto de vinila, injetado em uma só peça. Características: Comprimento do cano 26cm.	LIVRE ESCOLHA	PAR	2
2	MEIAS 100% ALGODÃO, COR PRETA	LIVRE ESCOLHA	PAR	2
3	CALÇA DE SARJA BRIM, TIPO MILITAR	LIVRE ESCOLHA	UNIDADE	2
4	Camiseta unissex, de manga curta; em malha flamê (100% algodão) ou malha fria PV (poliéster de 60 a 67% e Viscose 33 a 40%), modelagem levemente solta, barra reta e gola em V	LIVRE ESCOLHA	UNIDADE	2

	ou com logotipo da empresa contratada estampado no peito. O logotipo não pode ser semelhante ao utilizado pela PF em seus uniformes.			
5	CAMISA DE PROTEÇÃO UV, NOME TRATADOR DE CÃES E LOGO DA EMPRESA	LIVRE ESCOLHA	UNIDADE 2	
6	Capa para chuva, com capuz fixo sem cordão, em material resistente, mangas longas; fechamento com botões de pressão plástico ou em metal, material Laminado PVC 015 sarja transparente	LIVRE ESCOLHA	UNIDADE 1	
7	Boné	LIVRE ESCOLHA	UNIDADE 1	



Foto 1 : Referência de Uniforme

5.16. Os materiais solicitados são aqueles necessários à perfeita execução dos serviços e equipamentos mínimos exigidos pelo Manual de Classificação Brasileira de Ocupações, livro 2, conforme abaixo: “Recursos de Trabalho: equipamentos de proteção individual; guias; materiais de contenção; material de encilhamento; material de limpeza.”. O quantitativo de materiais e equipamentos foi estipulado baseado nos contratos existentes em canis de outras regionais da Polícia Federal, a exemplo da SR/PF/RJ e SR/PF/DF, bem como do Contrato atualmente vigente, e refletem os gastos mensais de insumos para a realização das atividades listadas neste ETP. Verifica-se que se trata de insumos básicos de limpeza, considerando a necessidade frequente de higienização, em virtude dos dejetos e resíduos resultantes das necessidades básicas dos animais. Constata-se que para a grande maioria dos itens foi planejada a unidade mínima (hum), para o período de 1 (hum) mês. Já para os equipamentos, considerou-se uma vida útil média, levando em conta também a necessidade frequente de utilização desses instrumentos de, no mínimo, duas vezes/dia, em decorrência também da produção contínua de resíduos orgânicos e da manutenção da boa saúde dos animais. Para os uniformes, foi considerado o uso frequente pelos funcionários, que estão expostos constantemente à umidade, água, produtos de limpeza, variação de temperatura e ação mecânica dos animais, que são fatores determinantes na durabilidade dos uniformes. Foram anexadas ao Processo Notas Fiscais de alguns dos insumos demandados na prestação dos serviços, que também serviram como parâmetro para a definição das quantidades.

5.17. Quando do início do contrato, a CONTRATADA deverá proceder a entrega dos materiais de limpeza, equipamentos e ferramentas, pelo menos um dia útil anterior ao início da prestação dos serviços ou concomitante com o início. Não será possível iniciar os serviços sem a entrega dos materiais. Ressalta-se que ao final do contrato, caso exista material/equipamento remanescente em bom estado de conservação, esse ficará de posse da Administração.

5.18. Após o segundo mês, os materiais e saneantes domissanitários deverão ser entregues, pela CONTRATADA, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês nos locais especificados, sem ônus para a CONTRATANTE;

5.19. Poderão ser adotados diferentes períodos de entrega de materiais, desde que aprovado pela fiscalização e não ultrapasse o período trimestral.

5.20. A CONTRATADA é responsável por desenvolver boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição para que a quantidade dos materiais de consumo atendam aos prazos estabelecidos de reposição, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a complementação dos materiais de consumo, que porventura esgotem antes do prazo previsto de reposição, sem ônus para a CONTRATANTE, independente da quantidade estimada na proposta.

5.21. A CONTRATADA deve manter a quantidade necessária durante todos meses de prestação de serviço, cabendo-lhe suprir as faltas de materiais e orientar seus funcionários sobre o uso adequado dos mesmos, independente da quantidade estimada na proposta.

5.22. A entrega do material e equipamento se dará mediante a presença de funcionário da CONTRATADA e representante da Administração, que assinará a Relação de Material/Equipamento fornecida pela CONTRATADA, cujo documento deverá ser encaminhado ao Fiscal do Contrato, para fins de controle e ateste dos serviços.

6. **DA NÃO PREVISÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE:**

6.1. A decisão de não incluir o adicional de insalubridade na planilha de custo e formação de preços é fundamentada nas seguintes considerações:

6.1.1. **Ausência de Previsão Expressa na CCT ou na NR 15/MTE:** O primeiro ponto a ser destacado é a ausência de previsão expressa do pagamento do adicional de insalubridade na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) ou na Norma Regulamentadora 15 (NR 15) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A ausência de tais previsões torna desnecessária a inclusão deste adicional na planilha de custo.

6.1.2. **Necessidade de Avaliação Técnica:** A concessão do adicional de insalubridade requer uma avaliação técnica criteriosa, geralmente realizada por meio de laudo pericial emitido por um profissional devidamente habilitado. Os critérios para determinar a insalubridade envolvem a exposição a agentes nocivos à saúde, tais como agentes químicos, físicos ou biológicos, em níveis que possam causar danos à saúde do trabalhador. Portanto, a avaliação precisa ser específica e baseada em evidências técnicas.

6.1.3. **Flexibilidade para Aditivos Contratuais:** Para garantir a conformidade com a legislação e as normas vigentes, bem como para assegurar que os trabalhadores sejam remunerados adequadamente em caso de insalubridade comprovada, é prudente não incluir o adicional de insalubridade na planilha inicial de custo e formação de preços. Em vez disso, opta-se por uma abordagem que permite a flexibilidade de promover alterações na planilha de custo, se necessário. Isso será realizado mediante a apresentação de um laudo pericial que comprove o preenchimento dos requisitos para o recebimento do adicional. Tal procedimento é realizado por meio de um termo aditivo ao contrato, garantindo que a remuneração seja ajustada de acordo com as circunstâncias reais.

6.2. Portanto, a decisão de não incluir o adicional de insalubridade na planilha de custo e formação de preços é justificada pela ausência de previsão expressa nas normas aplicáveis, pela necessidade de avaliação técnica e pela flexibilidade necessária para promover ajustes contratuais caso se constate a insalubridade, garantindo assim o cumprimento integral da legislação trabalhista e a proteção dos direitos dos trabalhadores.

7. **DAS IMAGENS DO CANIL DA SR/PF/PE**

7.1. Abaixo estão ordenadas algumas imagens da área do Canil/SR/PF/PE, tanto das instalações internas, quanto externas.



8. DA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO:

8.1. Considerando a necessidade urgente de assegurar a continuidade dos serviços prestados, em virtude da manifestação da empresa atualmente contratada em não prorrogar o contrato vigente, e levando em consideração que o prazo restante para a realização de um processo licitatório completo é insuficiente para garantir uma transição tranquila e eficiente dos serviços, o órgão decidiu pela realização de uma dispensa de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021. Ressalta-se que o prazo inicial do contrato será de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período, respeitado o limite anual atualizado da dispensa de licitação.

8.2. Considerando que o valor total estimado da contratação não supera o limite atualizado de **R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos)**, no Padrão Descritivo de Material (PDM), do CATSERV, do *Compras.gov.br*, de acordo com a IN SEGES 08/2023;

8.3. Considerando o pequeno valor da contratação (II, Art. 75, da Lei 14.133/2021), julga-se adequada a opção do órgão pela contratação direta, com fundamento no artigo abaixo::

Art. 75. É dispensável a licitação (Lei 14.133/2021):

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

8.3.1. O legislador facultou à Administração, quando lhe convier, dispensar a licitação para atender ao interesse público. Após realização do levantamento de mercado, considerou não ser justificável a abertura da licitação em vista do custo para abertura e concretização do procedimento licitatório, já que se trata de contratação de pequena monta e com tempo exíguo em virtude da iminência do término do contrato atual.

8.3.2. 5. Ressalta-se que limite do valor previsto no II, Art. 75, considerará o somatório da contratação com o valor de outros objetos da mesma natureza contratados pela mesma unidade gestora ao longo deste exercício financeiro.

8.3.3. Em cumprimento ao que dispõe o art. 4º, da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 67, DE 8 DE JULHO DE 2021, opta-se pela realização da **Dispensa Eletrônica**, conforme descrição abaixo:

Art. 4º Os órgãos e entidades adotarão a dispensa de licitação, na forma eletrônica, nas seguintes hipóteses:

I - contratação de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, no limite do disposto no inciso I do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

III - contratação de obras, bens e serviços, incluídos os serviços de engenharia, nos termos do disposto no inciso III e seguintes do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, quando cabível; e

IV - registro de preços para a contratação de bens e serviços por mais de um órgão ou entidade, nos termos do § 6º do art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

9.0.1. Conforme versa IN 05/ 17:

"Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional."

9.0.2. Assim, a prestação do serviço em pauta, possui natureza continuada, e, a ausência de sua execução ocasiona danos a esta Administração, impedindo que as atividades nela desempenhadas sejam realizadas.

10. DURAÇÃO INICIAL DO CONTRATO

10.0.1. O contrato será firmado por um prazo inicial de **6 (seis) meses**, podendo ser prorrogado por igual período, desde que respeite o limite máximo para a Dispensa de pequeno valor (II, Art. 75, da Lei 14.133/2021), com início da vigência a partir da assinatura do Instrumento Contratual.

11. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

11.1. Serão inseridas como obrigações da contratada as seguintes disposições que se referem a critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto:

11.1.1. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição.

11.1.2. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

b) Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

c) Racionalização/economia no consumo de energia, especialmente elétrica, e água;

d) Adequado acondicionamento dos resíduos gerados pelas atividades de limpeza, separando o lixo seco do lixo orgânico, além da adequada destinação desses resíduos de acordo com a programação da coleta seletiva determinada pelas Prefeituras Municipais onde serão prestados os serviços;

e) Realizar lavagem com água ou outras fontes, sempre que possível (águas da chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

f) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores; e

g) Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

11.1.3. Além das boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição exigidas acima, a contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010, abaixo transcrito:

a) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

b) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003; Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

c) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

- d) Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- e) Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- f) Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- g) Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008.

11.1.4. **De acordo com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, 5ª Edição, pág. 225 (LIMPEZA E CONSERVAÇÃO – Serviços de limpeza e conservação):**

- 11.1.4.1. uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- 11.1.4.2. adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme parâmetros do Decreto estadual nº 48.138, de 8/10/2003, do Estado de São Paulo;
- 11.1.4.3. observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- 11.1.4.4. fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- 11.1.4.5. realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- 11.1.4.6. realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será precedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- 11.1.4.7. respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- 11.1.4.8. prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução do CONAMA vigente.

12. **SOLUÇÕES DE MERCADO**

12.0.1. O mercado de potenciais prestadores para os serviços continuados de Tratador de cães (Tratador de Animais - COB 6230-20) não é vasto, porém as tecnologias e rotinas gerais para sua execução são relativamente simples, não havendo necessidade de muita especialização, nem da parte das empresas, nem dos seus empregados, que serão utilizados diretamente na prestação dos serviços.

12.0.2. A contratada deverá dispor de empregados qualificados, visto que são necessários conhecimentos básicos nas áreas biológicas e químicas, bem como noções básicas de anatomia para a identificação de sintomas e/ou alterações fisiológicas dos cães, para o manuseio e armazenamento de medicamentos e substâncias químicas.

12.0.3. No caso dos serviços em tela não se vislumbram outras soluções de mercado afora a terceirização para a prestação indireta dos serviços, visto que inexistem quadros funcionais típicos no serviço público federal para a execução desses serviços, restando impedido o aproveitamento de recursos humanos da própria Administração.

12.0.4. No caso da prestação indireta dos serviços, foram identificadas as seguintes hipóteses:

- a) Contratação dos serviços sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra - 44 horas semanais;
- b) Contratação dos serviços sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Escala 12x36;
- c) Contratação dos serviços SEM dedicação exclusiva de mão de obra.

12.0.5. Não obstante, por questões relacionadas à natureza contínua/diária e à segurança das instalações, da tipicidade da atividade policial e da natureza sigilosa da maioria das informações e documentos que tramitam nas unidades onde serão prestados os serviços, é mais adequada a contratação dos serviços continuados, sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com jornada 12x36.

13. **DA ESCALA 12X36 E DA QUANTIDADE DE COLABORADORES**

13.1. A escolha da escala de trabalho 12X36 horas, bem como a quantidade de colaboradores para o serviço de tratadores de cães, foi cuidadosamente considerada e justificada da seguinte forma:

13.1.1. **Quantidade de Colaboradores:** A determinação da quantidade de colaboradores, neste caso, foi baseada em diversos fatores específicos ao serviço em questão. Primeiramente, levamos em consideração a quantidade de cães (4 cães e 4 baías) que precisam ser cuidados, alimentados, e o ambiente que precisa ser limpo e mantido. Além disso, consideramos a área física que deve ser higienizada e conservada, as peculiaridades do trabalho, a produtividade esperada, a periodicidade e frequência necessárias para realizar o serviço, bem como as condições específicas do local objeto da contratação. Todas essas variáveis foram detalhadas neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) e nas listas de tarefas abarcadas pelos serviços. Ressalta-se que o quantitativo proposto foi utilizado desde do Contrato de 2020 e tem demonstrado ser suficiente para atender plenamente às necessidades e especificidades do órgão.

13.1.2. **Escala de Trabalho 12X36 Horas:** A escolha da escala de trabalho 12X36 horas foi fundamentada em diversos benefícios e eficiências identificadas na operação do Canil da SR/PF/PE:

13.1.2.1. **Eficiência Operacional:** Esta escala permite um acompanhamento diário e contínuo dos animais, incluindo finais de semana e feriados. Isso é de extrema importância, uma vez que os cães possuem necessidades diárias, tais como alimentação, cuidados fisiológicos e passeios. O atendimento constante dessas necessidades contribui diretamente para a saúde e desempenho dos animais durante as operações policiais.

13.1.2.2. **Saúde dos Cães:** Foi observado que a escala 12X36 resultou em poucos casos de doenças ou danos à saúde dos cães. A disponibilidade constante dos tratadores para cuidar dos animais e ministrar os medicamentos prescritos pelo médico veterinário foi fundamental para manter a saúde dos cães em ótimas condições.

13.1.2.3. **Acompanhamento de Eventos:** A escala 12X36 permite um acompanhamento diário de eventos que possam ocorrer no canil. Isso é crucial para a segurança dos cães e para garantir que qualquer necessidade ou situação especial seja tratada de imediato.

13.2. Em resumo, a escolha da escala de trabalho 12X36 horas foi cuidadosamente planejada para atender às necessidades específicas do Canil da SR/PF/PE, contribuindo para a saúde, bem-estar e desempenho dos cães de faro, além de garantir a continuidade eficaz dos serviços prestados. Essa decisão foi respaldada pelo sucesso da implementação dessa escala no contrato vigente e pelas análises detalhadas realizadas neste ETP.

14. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

14.1. Tratando-se da Escala 12x36, o posto será da seguinte forma:

Item	Descrição/Especificação	Quantidade de postos	Quantidade funcionários por posto	Carga Horária	Observações
1	Contratação de empresa para prestação de serviços tratador de cães a serem executados no Canil/DRE, abrangendo a categoria de auxiliar de serviços gerais, com fornecimento de todos os insumos, materiais e equipamentos necessários à perfeita execução contratual, mediante especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência.	1	2	07 às 19h (Escala 12x36)	A quantidade do pessoal foi definida com base na área e na quantidade de cães presentes no Canil/DRE.
	Uniformes, mediante especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência.				Quantidade definida com base na rotina do tratador, que estará em contato frequente com agentes físicos, químicos e biológicos.
	Materiais, mediante especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência.				Quantidade definida com base na rotina do tratador, promovendo a limpeza das baias/instalações por, no mínimo, duas vezes ao dia.
	Equipamentos, mediante especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência.				Quantidade definida com base na rotina do tratador, promovendo a limpeza das baias/instalações por, no mínimo, duas vezes ao dia.

15. **DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

15.1. Os serviços tratador de cães serão executados conforme discriminado abaixo, para ambos os itens:

15.2. DIARIAMENTE:

- 15.2.1. Conferir estado físico dos animais: monitorar a saúde e o comportamento dos cães informando imediatamente o Chefe do Canil quaisquer alterações visualizadas;
- 15.2.2. Lavar, e manter limpos, com uso de mangueira, até 04 (quatro) boxes e áreas adjacentes, incluindo pisos, paredes e área externa;
- 15.2.3. Retirar fezes e urina, vômitos, insetos e outras secreções e excrementos, visando assim manter a higiene, a saúde dos cães, como também prevenir a proliferação de doenças;
- 15.2.4. Sempre, após as refeições, lavar os comedouros com água e sabão e mantê-los limpos;
- 15.2.5. Manter sempre limpos os bebedouros.
- 15.2.6. Manter sempre limpos e desinfetados todos os materiais de uso veterinário;
- 15.2.7. Deixar sempre limpa e desinfetada a sala de inspeção e tratamento dos cães;
- 15.2.8. Fazer anotações diárias em ficha própria de controle individual de cães;
- 15.2.9. Rasquear os cães, bem como promover a remoção dos ectoparasitos;
- 15.2.10. Efetuar a alimentação dos cães com a quantidade de ração previamente descrita e orientada pelo médico veterinário, em gramas e em horários pré-estabelecidos;
- 15.2.11. Manter os bebedouros cheios d'água sempre a disposição dos cães;
- 15.2.12. Ministras medicamentos seguindo a receita e a orientação do médico veterinário, que deverá estar anotado no quadro de medicamentos;
- 15.2.13. Auxiliar o médico veterinário e/ou responsável pelo setor, na contenção do animal para que sejam efetuados os exames ou avaliação do animal;
- 15.2.14. Anotar e comunicar ao médico veterinário ou responsável pelo setor, quando uma cadela entrar no cio;
- 15.2.15. Quando se fizer necessário, efetuar passeios com os cães que não se encontram em rotina normal de trabalho.
- 15.2.16. Manter controle de peso dos animais, pesando-os em balança própria no mínimo uma vez ao mês, e adequar a quantidade de ração dada aos animais.
- 15.3. **SEMANALMENTE:**
 - 15.3.1. Fazer limpeza geral de todos os boxes com o uso de lava a jato, água quente e desinfetante, bem como nas canaletas, áreas adjacentes, pisos, paredes e tetos;
 - 15.3.2. Aplicar produtos para controle de ectoparasitos em todos os boxes, áreas adjacentes, pisos, paredes e gramados em volta do canil;
 - 15.3.3. Passar vassoura de fogo em todos os boxes e nas áreas adjacentes, incluindo pisos, paredes e tetos;
 - 15.3.4. Auxiliar o médico veterinário no exame geral dos cães;
 - 15.3.5. Comunicar o médico veterinário ou responsável pelo setor quando o estoque de ração estiver baixo;
 - 15.3.6. Receber, conferir e estocar toda ração entregue pela empresa credenciada;
 - 15.3.7. Manter o depósito de ração sempre limpo, arejado e arrumado, de modo que esta seja acondicionada corretamente evitando fungos e insetos;
 - 15.3.8. Fornecer o material abaixo relacionado (rol exemplificativo; não exaustivo), na quantidade necessária para a realização dos serviços:
 - 15.3.8.1. Hipoclorito de sódio;
 - 15.3.8.2. Shampoo neutro, para banho dos cães.
 - 15.3.8.3. Cloro puro
 - 15.3.8.4. Álcool Isopropílico medicinal
 - 15.3.8.5. Detergente Biodegradável
 - 15.3.8.6. Buchas
 - 15.3.8.7. Sabão de coco
 - 15.3.8.8. Vassouras

15.3.8.9. Rodos

15.3.8.10. Esfregão

15.3.8.11. Sacos de Lixo

15.4. **QUINZENALMENTE:**

15.4.1. Fazer limpeza geral em todos os boxes com o uso mangueira ou lavadora de alta pressão, vassoura de fogo, água quente e desinfetante, bem como, nas canaletas, áreas adjacentes, pisos, paredes e tetos;

15.4.2. Comunicar ao responsável pelo setor quando o estoque de ração estiver baixo;

15.4.3. Manter o depósito de ração sempre limpo, arejado e arrumado;

15.4.4. Aplicar produtos para controle de ectoparasitas em todos os boxes, áreas adjacentes, pisos, paredes e gramados em volta dos canis;

15.4.5. Receber, conferir e estocar toda ração e material de cinofilia entregues;

15.4.6. Manter atualizadas as plaquetas de identificação dos boxes.

15.5. **SEMPRE QUE SOLICITADO, EM VIRTUDE DO ESTADO FÍSICO DOS ANIMAIS**

15.5.1. Transportar animais;

15.5.2. Cuidar dos filhotes dos animais, no ambiente do canil;

15.5.3. Adicionar suplementos alimentares;

15.5.4. Monitorar doenças, lesões e traumatismos em animais;

15.5.5. Registrar evolução de tratamentos médicos;

15.5.6. Monitorar peso e crescimento de animais;

15.5.7. Registrar preferências alimentares de animais;

15.5.8. Monitorar agressividade de animais;

15.5.9. Registrar comportamentos estereotipados de animais;

15.5.10. Monitorar sociabilidade de animais;

15.5.11. Monitorar cio de animais;

15.5.12. Monitorar acasalamento de animais;

15.5.13. Monitorar escolha de parceiros, de acordo com orientação repassadas pelo fiscal;

15.5.14. Monitorar gestação de fêmeas;

15.5.15. Monitorar comportamento materno;

15.5.16. Registrar níveis de estresse em animais;

15.5.17. Medir temperatura de animais;

15.5.18. Monitorar temperamento de animais em quarentena;

15.5.19. Monitorar temperatura de recintos;

15.5.20. Prestar primeiros socorros a animais, acionando os fiscais responsáveis, ou aqueles designados;

15.5.21. Identificar medicamentos;

15.5.22. Manipular medicamentos;

- 15.5.23. Aplicar medicamentos: sob orientação de veterinários e técnicos, tratar sanidade de animais, manipulando e aplicando medicamentos e vacinas;
- 15.5.24. Coletar material biológico para exames laboratoriais;
- 15.5.25. Aplicar curativos;
- 15.5.26. Auxiliar animais em trabalho de parto;
- 15.5.27. Colocar animais em regime de jejum;
- 15.5.28. Passear com animais;
- 15.5.29. Sociabilizar grupos de animais;
- 15.5.30. Pulverizar ectoparasiticidas em animais e recintos;
- 15.5.31. Inventariar estoque de medicamentos e alimentos;
- 15.5.32. Preencher formulários;
- 15.5.33. Auxiliar o Médico Veterinário e/ou o responsável.

16. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

- 16.1. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise.
- 16.2. Para a contratação de serviços de tratador de animais, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias.
- 16.3. Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização audiência pública para coleta de contribuições, a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.
- 16.4. As soluções de mercado são as que constam neste Estudo Preliminar.
- 16.5. A solução que atende os interesses e necessidades da Administração é a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços continuados de tratador de cães farejadores, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de material, a serem executados nos imóveis citados neste estudo preliminar, com vigência inicial de 6 (seis) meses, a partir do início da ordem de execução do serviço.
- 16.6. Quanto à forma de contratação, a opção escolhida é a contratação de um posto com escala 12x36.

17. DO FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS

17.1. A opção de permitir que a empresa terceirizada preste os serviços e forneça todos os materiais necessários para a execução dos serviços foi cuidadosamente considerada e justificada com base em diversas razões que visam atender às necessidades e interesses da Administração. Abaixo estão as justificativas detalhadas para essa escolha:

- **Economia de Escala das Empresas do Segmento:** Empresas especializadas nesse segmento tendem a adquirir materiais em quantidades muito superiores às necessidades de uma única unidade, devido à natureza de seus vários contratos. Isso permite que elas obtenham preços mais reduzidos para os materiais do que a Administração conseguiria em uma compra isolada.
- **Custos Indiretos na Aquisição de Materiais:** Mesmo que, hipoteticamente, a Administração pudesse adquirir materiais por um preço menor que a empresa terceirizada, seria necessário levar em consideração outros custos indiretos. Isso inclui salários e encargos dos servidores públicos encarregados da aquisição, custos de licitação, publicações, oportunidade perdida ao desviar recursos humanos para essa atividade em detrimento de outras prioridades, custos de armazenagem, transporte, potenciais perdas, entre outros.
- **Dimensionamento Preciso dos Materiais:** As empresas terceirizadas são especialistas na prestação de serviços e, portanto, têm a experiência necessária para dimensionar com precisão os tipos e quantidades de materiais necessários. A Administração, por outro lado, não possui necessariamente um catálogo exaustivo de especificações de materiais para aquisições desse tipo, o que poderia resultar em compras em excesso ou falta de materiais.
- **Gestão de Riscos:** A terceirização do fornecimento de materiais proporciona maior controle e redução de riscos. Isso porque as empresas terceirizadas têm um gerenciamento centralizado dos serviços, o que minimiza a probabilidade de falta de materiais, atrasos na entrega e rejeição de materiais por não atenderem às especificações do edital.
- **Prática Comum no Setor:** A grande maioria das empresas que prestam serviços, especialmente no contexto da Administração Pública, fornece também os materiais necessários. Essa prática é amplamente aceita e não afeta a competitividade das licitações nem a busca pela economicidade.

17.2. Portanto, a escolha de permitir que a empresa terceirizada forneça os materiais necessários está alinhada com a otimização de recursos, a redução de custos indiretos, a gestão eficaz dos materiais e a busca pelo cumprimento bem-sucedido dos serviços de acordo com os critérios adotados. Essa decisão foi fundamentada em princípios de economicidade e na prática comum no setor, visando atender às necessidades da Administração da forma mais eficaz possível.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA PLANILHA DE CUSTO

18.1. Para a obtenção do preço de referência, a Administração preencheu uma Planilha de Custo e Formação de Preços, disponibilizada em anexo, que observou as diretrizes a seguir:

- a) A Convenção Coletiva 2023/2023, nº PE000153/2023.
- b) Anexo II da Convenção Coletiva supramencionada que, em seu item nº 23, contém a função de auxiliar de serviços gerais;
- c) O salário normativo a ser adotado consta do Anexo II da referida CCT. Para a função de Auxiliar de Serviços Gerais - o valor de R\$ 1.328,30 (mil trezentos e vinte e oito e trinta centavos);
- d) Não haverá previsão de adicional de insalubridade, conforme motivos apresentados neste Estudo;
- e) Intervalo Intrajornada (Valor hora normal*1,5*quantidade de horas) estimado em R\$ 166,04.
- f) Os valores do submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários foram extraídos da Convenção Coletiva vigente;
- g) Os valores referentes ao Módulo 5 - Insumos Diversos foram extraídos de pesquisa de preços decorrente de contratações de outros órgãos públicos, conforme documentos anexos aos autos;
- h) Os percentuais referentes ao Módulo 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO estão compatíveis com as contratações anteriores e também de outros órgãos públicos, conforme estudo do Manual de preenchimento do Modelo de Planilhas de custo e formação de preços do STJ, disponível em <https://www.stj.jus.br/publicacaoainstitucional/index.php/MPMPCFP/article/view/4874/5022>.
- i) O ISS está sendo cotado conforme a legislação do Município do Recife;
- j) Os valores das tarifas para o Transporte Coletivo Urbano foram calculadas de acordo com a legislação municipal - Valor do auxílio Transporte (Cláusula décima quarta da CCT - 2*R\$ 4,10*15 dias-6% do salário base);
- k) Os preços dos materiais necessários para a execução do serviço, foram coletados contratações similares de outros órgãos públicos, através de atas de registro de preço vigentes ou contratações diretas. promovendo análise qualitativa e crítica das informações coletadas, a fim de comprovar a validade dos preços e sua adequação em relação ao objeto da contratação. Os preços públicos encontrados correspondem exatamente aos itens pleiteados em termos de especificações técnicas. Todos os preços foram considerados, pois não ultrapassaram em pelo menos 30% a média das propostas e também não ficaram abaixo de 70% também da média das propostas. O § 1, Art. 5, IN nº 65/2021 prioriza os parâmetros dos Incisos I e II, nesse sentido, atendendo ao disposto na norma, foram priorizados os preços registrados em contratações similares de outros órgãos ou entidades públicas. Foi escolhida a média de preços, porque os dados estão dispostos, em geral, de forma homogênea. O cálculo do preço estimado incidiu sobre um conjunto de três ou mais preços. Seriam descartados aqueles preços com valores superiores a 30% (trinta) por cento da média das propostas válidas, pois entende-se razoável esse limite para classificação de um preço como excessivamente elevado. Já para os preços considerados inexequíveis, consideraram-se valores inferiores a 70% (cinquenta) por cento da média das propostas válidas, utilizando por analogia o disposto no parágrafo 1º do artigo 48 da Lei 8.666/93, para obras e serviços de engenharia. Os preços coletados foram analisados de forma crítica, em especial, se houvesse grande variação entre os valores. Observaram-se as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, formas de pagamento, fretes, garantias exigidas, marcas e modelos.
- l) A consolidação da pesquisa de preços e as memórias de cálculo, em anexo ao estudo preliminar, resultou nos seguintes valores estimados (média da pesquisa de preço dos materiais e planilha da administração):

Item	Descrição/Especificação	Quantidade de postos	Quantidade funcionários por posto	Valor do funcionário/mês	Valor do posto/mês	Valor semestral do contrato
1	Contratação de empresa para prestação de serviços tratador de cães a serem executados no Canil/DRE, abrangendo a categoria de auxiliar de serviços gerais, com fornecimento de	1	2	R\$ 4.758,35	R\$ 9.516,70	R\$ 57.100,20

todos os insumos, materiais e equipamentos necessários à perfeita execução contratual, mediante especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência.					
Uniformes, mediante especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência.					
Materiais, mediante especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência.					
Equipamentos, mediante especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência.					
VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 57.100,20				

19. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

19.1. A contratação vai prever a prestação dos serviços de tratador de cães farejadores com utilização de mão de obra com dedicação exclusiva e fornecimento de todo material que se fizer necessário.

19.2. Os serviços a serem prestados serão contratados com base na quantidade de cães e na área física a ser limpa e conservada, estabelecendo-se o custo do posto, observadas as peculiaridades, a produtividade, a periodicidade e a frequência do serviço e das condições do local objeto da contratação, com prestação dos serviços em escala 12x36. Considerou-se também para o dimensionamento dos materiais a lista de tarefas abarcadas pelos serviços, de acordo com este ETP. Ademais, esse quantitativo já é o atualmente utilizado no Contrato vigente e também no contrato anterior (2020), atendendo as plenamente às necessidades e às especificidades do órgão.

19.3. **Da contratação conjunta do serviço com o fornecimento do material** A esse respeito, o próprio mercado associa o fornecimento de serviços/materiais tornando evidente a inter-relação destes. A aquisição conjunta também se justifica, visto que os materiais e equipamentos são pertinentes ao objeto a ser contratado e as empresas licitantes, tendo em vista o volume e o quantitativo desses materiais, têm a possibilidade de ofertar preços menores, pois detêm outros contratos públicos ou privados, traduzindo-se em ganho de uma economia de escala para Administração.

20. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

20.1. Destaque-se que inexistem quadros funcionais típicos nas unidades para a execução dos serviços em análise, o que impede o aproveitamento de recursos humanos existentes;

20.2. Não serão disponibilizados recursos materiais ou financeiros para a execução dos serviços, exceto os valores referentes ao pagamento da fatura mensal;

20.3. O resultado pretendido é a obtenção de ambiente limpo e saudável, o que refletirá positivamente no desempenho dos servidores da Polícia Federal e dos cães farejadores utilizados nas Operações Policiais.

21. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

21.1. Os serviços serão executados majoritariamente no Canil localizado no Centro de Treinamento da PF e serão fornecidas todas as devidas condições, no que concerne a instalações, ergonomia do trabalho, tecnologia, orientação quanto às singularidades do órgão etc.

21.2. Sempre que necessário a Administração realizará campanha de conscientização junto aos servidores para que mantenham organizados seus espaços de trabalho, em especial as mesas e os tampos de armários, de forma a facilitar o acesso dos servidores e a execução dos serviços.

21.3. Avaliar a necessidade de capacitação dos servidores que atuam nas fases de contratação e de fiscalização dos serviços de Limpeza e Conservação.

21.4. A avaliação deve ser realizada antes da etapa de planejamento da contratação sendo de responsabilidade da área de logística que deve submeter suas conclusões ao Superintendente Regional da SR/PF/PE, com sugestões das capacitações a serem realizadas, quando necessárias.

21.5. **A contratação em tela está alinhada ao Planejamento Estratégico 2023 da Polícia Federal, conforme item 9.2.7. da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 3 de novembro de 2010: Ação Estratégica: Racionalização da Gestão Logística: “Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de racionalização da logística policial, inventariando, padronizando e racionalizando os bens e materiais de consumo, operacional e permanente, fornecendo aos servidores envolvidos no processo e treinamento e capacitação adequados”.**

22. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

- 22.1. Benefícios diretos são aqueles já mencionados na própria justificativa de contratação, isto é, saúde dos animais e a higiene no local de trabalho e de circulação dos servidores que utilizam as instalações.
- 22.2. Benefícios indiretos – O impacto para a sociedade por meio de um melhor atendimento, maior celeridade processual com o apoio dado dos colaboradores terceirizados.
- 22.3. Buscando sempre a prática dos princípios da eficiência e efetividade, quando se tenta alcançar a alta produtividade, agilidade, qualidade, segurança e máxima perfeição do trabalho, as adequações dos atuais serviços são as metas visadas pela administração das atividades meio e apoio operacional, o que não seria possível sem a contratação de serviços especializados terceirizados.
- 22.4. Esta contratação busca atingir os seguintes resultados:
- 22.4.1. a) Garantir níveis satisfatórios de qualidade dos sistemas da SR/PF/PE;
- 22.4.2. b) Apoiar permanentemente os servidores policiais da SR/PF/PE;
- 22.4.3. c) Melhorar o serviço do Canil da PF, com a qualidade necessária para promover e manter, no mais alto nível, o conceito e a imagem da Polícia Federal em Pernambuco.
- 22.5. Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Equipe de Planejamento, **considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.**

Recife/PE, 14 de setembro de 2023.

ANA PAULA BANDEIRA DE ANDRADE LIMA

Agente de Polícia Federal
Membro da Equipe de Planejamento

MARCELO PEREIRA DE VASCONCELOS

Agente de Polícia Federal
Membro da Equipe de Planejamento

O processo é público nos termos da Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação.

Considerando que a contratação desse serviço visa garantir as condições necessárias de higiene, um ambiente limpo e conservado, proporcionando estímulo, saúde e bem-estar ao servidor, aos animais e, conseqüentemente, favorecendo o desenvolvimento das atividades de competência legal do Órgão. Considerando a importância dos cães de faro na detecção de ilícitos. Considerando a responsabilidade da SR/PF/PE na contratação de mão de obra para conservação das instalações físicas do Canil, conforme a PORTARIA Nº 15.963-DG/PF, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022. Aprovo o presente Estudo Preliminar com as devidas soluções apontadas.

ANTONIO DE PÁDUA VIEIRA CAVALCANTI

Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional em Pernambuco



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO PEREIRA DE VASCONCELOS, Pregoeiro(a)**, em 20/09/2023, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=31306454&crc=FD6044C3.

Código verificador: **31306454** e Código CRC: **FD6044C3**.

Referência: Processo nº 08400.005076/2023-25

SEI nº 31306454